



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 30/2025
UASG: 987541

INFORMAÇÕES BÁSICAS

- **Número do Processo:** 3.422/2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Equipe de Planejamento:** Ana Caroline Santini, Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima

- **Data de Elaboração:** 25/11/2025

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A necessidade que fundamenta a presente contratação está relacionada à garantia da proteção social básica às famílias com gestantes e crianças de 0 a 6 anos no município de Dois Vizinhos, no contexto das responsabilidades estatais definidas pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Orgânica da Assistência Social e pelo conjunto de normativas que compõem o Sistema Único de Assistência Social, especialmente a Política Nacional de Assistência Social, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e, de modo específico, a Resolução CIT nº 30 de 2025 que regulamenta nacionalmente o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio voltado a esta população. A necessidade, portanto, surge da constatação de que o município possui um conjunto de famílias que enfrentam vulnerabilidades de origem socioeconômica, relacional, emocional, intergeracional e territorial que impactam diretamente o exercício da parentalidade, o desenvolvimento infantil integral e a capacidade protetiva familiar, exigindo uma ação pública estruturada, contínua e metodologicamente orientada. Trata-se de uma demanda que não deriva de uma mera opção administrativa, mas da obrigação constitucional e normativa do Estado em garantir seguranças socioassistenciais, acesso a direitos, desenvolvimento infantil saudável e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para grupos em maior situação de vulnerabilidade.

O município vivencia transformações sociais, econômicas e demográficas que tornam o cuidado com a primeira infância e a proteção das gestantes ainda mais prioritários. Ao mesmo tempo em que há avanços em políticas públicas, observa-se o aumento de situações como insegurança alimentar, precarização do trabalho, monoparentalidade feminina, adoecimento mental de cuidadores, uso abusivo de álcool e outras drogas nas famílias, falta de acesso a creches, ausência de redes de apoio e sobrecarga de responsabilidades parentais. Tais fatores produzem um cenário em que crianças pequenas e gestantes tornam-se mais suscetíveis a situações de risco, negligência involuntária, atraso no desenvolvimento, fragilização dos vínculos e violação de direitos. Esses elementos se somam à realidade territorial de muitos bairros e comunidades, onde o acesso a serviços básicos é desigual e onde as famílias vivenciam dificuldades de mobilidade, recursos financeiros, isolamento social e fragilidade das redes comunitárias, fatores que justificam a necessidade de um serviço que vá até o domicílio, superando barreiras que impedem a chegada das políticas às famílias em maior situação de vulnerabilidade.

A Resolução CIT nº 30 de 2025 estabelece que o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos tem por objetivo fortalecer a função protetiva da família, os vínculos afetivos, os vínculos comunitários e territoriais, além de assegurar o acesso às seguranças socioassistenciais de acolhida, convivência, renda, autonomia, apoio e auxílio. O serviço visa garantir experiências de convivência e cuidado, estimular a parentalidade positiva, promover o direito ao brincar, prevenir situações de violação de direitos e ampliar o acesso das famílias às políticas públicas essenciais para o desenvolvimento infantil e para a proteção da gestante. Portanto, a necessidade do município não é a contratação de uma empresa em si, mas a existência de famílias que se enquadram nos critérios de prioridade estabelecidos nacionalmente, cujo atendimento adequado exige a implementação de uma metodologia técnica estruturada e contínua, com visitas domiciliares qualificadas, processo de busca ativa, registros padronizados,



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

planejamento técnico e acompanhamento sistemático por profissionais preparados. A contratação busca responder a esta necessidade coletiva e socialmente relevante.

As situações de vulnerabilidade enfrentadas por gestantes e crianças pequenas no território de Dois Vizinhos são diversas e complexas. Muitas famílias vivenciam insegurança alimentar, habitações precárias, falta de saneamento básico, ausência de suporte de familiares, baixa escolaridade de cuidadores, dificuldade de acesso a consultas pré-natais, falta de estímulos adequados ao desenvolvimento infantil, rotinas familiares desorganizadas e altos níveis de estresse decorrentes de pobreza, violência doméstica ou conflitos familiares. Há ainda gestantes adolescentes, famílias monoparentais femininas com sobrecarga extrema, crianças com deficiência que demandam suporte especializado, famílias pertencentes a grupos historicamente vulnerabilizados e situações de isolamento social detectadas nos territórios da média e alta complexidade social. A política de assistência social, como política de proteção social não contributiva, é responsável por intervir preventivamente nessas situações, garantindo suporte, orientação, fortalecimento das capacidades familiares e promoção de autonomia.

A primeira infância é um período crucial para o desenvolvimento humano, e falhas no suporte às famílias neste período podem gerar consequências duradouras ao longo da vida, ampliando desigualdades e limitando potencialidades. A neurociência, a psicologia do desenvolvimento, a sociologia da infância e as normativas internacionais apontam que experiências precoces de negligência, violência, falta de estímulos, vínculos fragilizados ou ausência de apoio parental podem gerar atrasos cognitivos, dificuldades emocionais, prejuízos na alfabetização, baixa autoestima, maior vulnerabilidade à violência e maior probabilidade de reprodução de ciclos de pobreza e exclusão. A Assistência Social, integrada com as demais políticas, deve atuar preventivamente para reduzir esses riscos, e a Resolução CIT nº 30 de 2025 reconhece que a visita domiciliar qualificada é uma ferramenta essencial na proteção social básica, permitindo intervenções contextualizadas, mais próximas da realidade diária das famílias e mais eficazes do que atendimentos exclusivamente presenciais e esporádicos no CRAS.

A necessidade de atuação no domicílio se apresenta porque o espaço privado das famílias é também o local onde as vulnerabilidades emergem e se manifestam com maior intensidade. Muitas famílias não conseguem frequentar regularmente os serviços públicos devido a barreiras materiais como falta de transporte, ausência de tempo disponível, cuidado de outras crianças, deslocamentos longos ou falta de condições financeiras. Além disso, a visita domiciliar permite ao profissional observar diretamente as interações familiares, as condições ambientais, os desafios enfrentados no cotidiano e as potencialidades presentes no núcleo familiar, possibilitando intervenções mais assertivas, personalizadas e respeitadas. A assistência social tem como princípio o respeito aos modos de vida, saberes e culturas das famílias, e o atendimento no domicílio reforça esse compromisso de adaptação da política à realidade social concreta.

A Resolução CIT nº 30 determina que o serviço priorize gestantes e crianças em situação de vulnerabilidade identificadas pela vigilância socioassistencial e pelo Cadastro Único, incluindo gestantes beneficiárias do Bolsa Família, crianças beneficiárias do BPC, famílias marcadas pela perda de responsáveis, populações tradicionais, famílias em situação de rua ou migrantes, crianças em famílias com baixa escolaridade de cuidadores, crianças com deficiência, famílias com insegurança alimentar, crianças fora da escola e outras situações. Esses grupos estão presentes no município e são acompanhados pelos serviços do SUAS, mas a demanda crescente e o aumento do número de famílias vulneráveis exige uma oferta ampliada e especializada do serviço, algo que atualmente a estrutura municipal não consegue suprir integralmente com equipes próprias, seja pela limitação de recursos humanos, seja pela necessidade de metodologias específicas de trabalho, formação continuada e tempo técnico adequado à execução de visitas regulares e sistemáticas.

A necessidade de uma equipe técnica qualificada e com carga horária específica também decorre da regulamentação nacional que determina parâmetros obrigatórios como periodicidade mínima de visitas, capacidade de atendimento por profissional, composição mínima da equipe e responsabilidade técnica. A equipe de referência deve incluir educadores sociais e profissional de



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

nível superior que atue como técnico de referência responsável por orientar, planejar, registrar, analisar e acompanhar tecnicamente toda a execução do serviço. Estes parâmetros são fixados nacionalmente e vinculam os municípios que aderiram ao serviço. Isso significa que, para cumprir as metas e os parâmetros definidos pelo Governo Federal, o município necessita de uma estrutura que atenda às exigências metodológicas e operacionais que garantam a qualidade e eficácia do serviço, incluindo o cumprimento de metas de beneficiários, registro das visitas nos sistemas oficiais, oferta de capacitação prévia e contínua e articulação com o PAIF e com o PAEFI.

Além disso, a necessidade de contratar equipe para execução do serviço se justifica pelo fato de que a política de assistência social exige continuidade na oferta, previsibilidade das ações, padronização metodológica e capacidade de atender demandas emergentes nos territórios. A rotatividade de profissionais, a sobrecarga das equipes do CRAS, a natureza especializada da metodologia de visitas domiciliares e a necessidade de cumprimento de metas pactuadas nacionalmente tornam inviável que o serviço seja realizado apenas com a estrutura municipal atual. A contratação de empresa especializada possibilita que o município garanta a continuidade da oferta mesmo diante de afastamentos, férias, licenças, vacâncias e outras interrupções que ocorreriam se dependesse exclusivamente de equipe própria, especialmente em um contexto de restrições de contratação de servidores públicos.

A necessidade também se fundamenta na função protetiva da assistência social em prevenir ocorrências mais graves como violações de direitos, negligência, violência intrafamiliar, institucionalização de crianças e agravamento de situações sociais que poderiam ser evitadas com acompanhamento adequado. A visita domiciliar, por aproximar o serviço da realidade vivida pelas famílias, permite identificar precocemente sinais de risco e atuar preventivamente, reduzindo a demanda pelos serviços de média e alta complexidade como CREAS, acolhimento institucional e medidas protetivas. A prevenção é mais eficiente e menos onerosa ao poder público, além de promover melhores resultados sociais e humanos. Portanto, a necessidade da contratação está alinhada ao princípio da prevenção, central à Política Nacional de Assistência Social.

Outro elemento que fundamenta a necessidade é a articulação intersetorial exigida pela Resolução CIT nº 30, que determina que o serviço amplie o acesso das famílias à saúde, educação, cultura, direitos humanos, habitação, trabalho e outras políticas. As visitas domiciliares permitem orientar e acompanhar o acesso a pré-natal, rede de educação infantil, vacinação, benefícios de transferência de renda, programas suplementares e outros serviços. No caso das crianças pequenas, o acesso à educação infantil, ao brincar, aos estímulos adequados e aos espaços coletivos de convivência é essencial para o desenvolvimento e, muitas vezes, as famílias só conseguem compreender a importância e aderir efetivamente a esses serviços quando há acompanhamento próximo.

Portanto, a necessidade decorre da obrigação estatal de garantir às gestantes e crianças pequenas em situação de vulnerabilidade o acesso às seguranças socioassistenciais e ao desenvolvimento adequado, por meio de ações planejadas, territorializadas e contínuas. A contratação de empresa especializada se relaciona com a necessidade de assegurar capacidade técnica, regularidade, continuidade, eficiência e metodologia adequada à execução das visitas domiciliares e demais ações definidas pela normativa nacional. Sem essa estrutura, o município não consegue atender às metas pactuadas, aos parâmetros obrigatórios e às exigências metodológicas estabelecidas pela Resolução CIT nº 30, colocando em risco o acompanhamento das famílias, o desenvolvimento infantil e o cofinanciamento federal.

Em síntese, a necessidade que dá origem ao presente processo está no âmbito da proteção e promoção do desenvolvimento integral da primeira infância e da proteção às gestantes, enfrentando vulnerabilidades sociais, fortalecendo vínculos e prevenindo riscos. Essa necessidade é social, pública, contínua, obrigatória e diretamente relacionada ao interesse público primário da garantia de direitos e da promoção da autonomia familiar. A contratação é consequência, não causa, desta necessidade, que antecede qualquer definição de solução e que fundamenta a obrigatoriedade do município em estruturar e implementar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio conforme normativas nacionais.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

A análise das alternativas possíveis para execução do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos deve partir da compreensão de que o município de Dois Vizinhos possui responsabilidade legal, normativa e ética de implementar esse serviço conforme parâmetros estabelecidos pela Resolução CIT nº 30 de 2025, que substituiu e aperfeiçoou o antigo Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz. Trata-se de um serviço socioassistencial de caráter contínuo, com metodologia própria, periodicidade mínima de visitas domiciliares e composição obrigatória da equipe de referência, envolvendo educadores sociais e um técnico de nível superior, preferencialmente psicólogo ou assistente social, responsável pela coordenação técnica, registros, planejamento e garantia da qualidade metodológica. O levantamento das soluções deve considerar a situação atual do quadro próprio de pessoal, a legislação municipal, o histórico de execução do serviço no município, as limitações técnicas e operacionais internas e o impacto da não oferta ou da oferta inadequada sobre o cofinanciamento federal e sobre a proteção social básica no território.

A primeira alternativa a ser considerada seria a execução direta do serviço pelo quadro efetivo do município. No entanto, essa possibilidade se revela inviável por múltiplos fatores estruturais, legais e funcionais. O município de Dois Vizinhos não possui em seu quadro estatutário a função de educador social, profissional de nível médio responsável pela execução das visitas domiciliares conforme previsto na Resolução CIT nº 30 de 2025. A inexistência desse cargo impede que o município, com a estrutura atual, execute diretamente a parte essencial do serviço. Além disso, não há profissional de nível superior, psicólogo ou assistente social, disponível exclusivamente para atuar como técnico de referência do serviço. A resolução federal estabelece que o técnico de referência é responsável por orientação técnica, registros, supervisão das visitas, planejamento, reuniões, análise dos casos e articulação intersetorial, sendo vedado o acúmulo dessas funções com atividades de outros serviços.

Conforme a Resolução CIT nº 30 de 2025, o técnico de referência do SPSBD-GC não pode, sob nenhuma circunstância, acumular suas atribuições com aquelas do PAIF ou do PAEFI. Também é vedado que o educador social acumule funções com qualquer outro serviço do SUAS. Isso significa que a equipe do PAIF e a equipe do PAEFI, ambas imprescindíveis e com sobrecarga já elevada de responsabilidades, não podem ser deslocadas parcial ou integralmente para atuar no SPSBD-GC. A impossibilidade é de ordem normativa, não apenas operacional, pois a resolução é explícita ao afirmar que trabalhadores desses serviços devem ter dedicação exclusiva às suas respectivas funções e não podem integrar a equipe do serviço de visitas domiciliares. Portanto, ainda que existissem técnicos de nível superior no quadro municipal, eles não poderiam ser remanejados para atuar no SPSBD-GC sem descumprir diretamente a normativa federal. Esse impedimento inviabiliza a execução direta.

Outro elemento que restringe essa alternativa é o fato de que o quadro de pessoal da Secretaria de Assistência Social e Cidadania é regido pela Lei Municipal nº 1.666 de 2011, legislação que se encontra defasada em relação às necessidades contemporâneas do SUAS, não contemplando cargos específicos necessários para execução do serviço. A Secretaria já encaminhou propostas para atualização da estrutura administrativa ao Poder Executivo Municipal, e essa necessidade está prevista no processo de construção do Plano Municipal de Assistência Social para o período 2026–2029. Porém, a atualização da legislação depende de análise do Executivo, tramitação legislativa e observância dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que inviabiliza a criação imediata dos cargos necessários. Assim, embora seja uma alternativa considerada adequada a longo prazo, não tem capacidade de suprir a necessidade atual do serviço.

A segunda alternativa possível seria a contratação temporária de profissionais por meio de processo seletivo simplificado. No entanto, essa alternativa também possui múltiplas limitações. O serviço de visitas domiciliares para gestantes e crianças pequenas é classificado



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

como serviço contínuo, permanente e integrante da proteção social básica, e não se caracteriza como necessidade temporária ou excepcional. A contratação de trabalhadores temporários apenas seria juridicamente possível para substituir funcionários em caráter transitório ou para atender uma demanda excepcional e temporária, mas nunca para substituir a execução permanente de um serviço essencial definido por pactuação tripartite. Assim, o uso de contratação temporária violaria o caráter contínuo do serviço e poderia resultar em questionamentos pelos órgãos de controle. Além disso, a rotatividade elevada de profissionais temporários comprometeria a continuidade do vínculo com as famílias, o planejamento metodológico e a efetividade das intervenções.

A terceira alternativa a ser analisada seria a celebração de parceria com organizações da sociedade civil por meio de termo de fomento segundo a Lei Federal nº 13.019 de 2014. Embora seja uma alternativa juridicamente possível, apresenta limitações significativas no contexto específico de Dois Vizinhos. A execução do SPSBD-GC exige metodologia específica, formação prévia obrigatória, registros técnicos padronizados, periodicidade mínima de visitas e composição de equipe com responsabilidades definidas. A maioria das organizações da sociedade civil do município não possui expertise consolidada na execução de serviços socioassistenciais com visitas domiciliares de caráter sistemático, nem dispõe de equipes capacitadas e com disponibilidade para cumprir os parâmetros da resolução nacional. Além disso, o monitoramento e a prestação de contas exigidos pela Lei 13.019 são complexos e poderiam demandar ainda maior estrutura administrativa da Secretaria, que já opera com quadro reduzido. Por essas razões, embora possível, essa alternativa não apresenta a mesma viabilidade técnica e operacional da contratação direta de empresa especializada.

Uma quarta alternativa a ser considerada seria a não execução do serviço. Contudo, essa alternativa é absolutamente inadmissível do ponto de vista legal, ético e administrativo. A partir da adesão ao SPSBD-GC, o município assume responsabilidades obrigatórias estabelecidas pela normativa federal, incluindo cumprimento de metas, oferta de visitas domiciliares com periodicidade mínima e garantia de equipe de referência. A não execução do serviço implica descumprimento da Resolução CIT nº 30 de 2025, perda imediata do cofinanciamento federal, violação do direito das crianças e gestantes à proteção social e risco de agravamento das vulnerabilidades sociais na primeira infância. Essa alternativa seria contrária aos princípios constitucionais da proteção integral, da prioridade absoluta à criança e da continuidade dos serviços públicos essenciais, além de configurar retrocesso no atendimento socioassistencial. Portanto, essa alternativa sequer pode ser considerada como solução.

Dessa forma, resta como alternativa viável, eficiente, segura e juridicamente adequada a contratação de empresa especializada para execução do serviço, por meio de processo licitatório, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico. O município já possui histórico consolidado de execução do antigo Programa Criança Feliz por meio dessa modalidade de contratação, com experiências positivas e consolidadas ao longo dos anos, o que fortalece a capacidade administrativa de monitoramento, gestão e fiscalização contratual. A transição do Criança Feliz para o SPSBD-GC exige adequação imediata, tanto para assegurar a continuidade da oferta quanto para garantir a manutenção do cofinanciamento federal, que depende diretamente do cumprimento das visitas domiciliares, do registro no sistema nacional e da composição da equipe conforme os parâmetros definidos nacionalmente.

A contratação de empresa especializada oferece vantagens técnicas relevantes. Empresas desse segmento conseguem formar equipes específicas com educadores sociais de nível médio e técnicos de referência de nível superior formados em psicologia ou serviço social, atendendo integralmente às exigências da resolução federal. Além disso, tais empresas possuem flexibilidade para substituir profissionais em casos de desligamento, férias, afastamentos e outras situações que comprometeriam a continuidade do serviço caso a execução dependesse exclusivamente de servidores municipais. A continuidade do vínculo técnico com as famílias é essencial para o serviço, e a contratação institucionalizada permite superar fragilidades administrativas decorrentes da ausência de quadro próprio e da impossibilidade de remanejamento interno.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Do ponto de vista econômico, a contratação de empresa especializada permite ao município prever custos, estabelecer metas quantitativas claras, definir periodicidade das visitas e pactuar valores compatíveis com o mercado. A ampla concorrência proporcionada pelo pregão eletrônico favorece a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Além disso, a possibilidade de participação de empresas optantes pelo SIMPLES Nacional amplia o número de potenciais fornecedores, reduz custos indiretos e permite que empresas menores e especializadas concorram em igualdade de condições, desde que atendam aos requisitos de qualificação técnica.

A escolha pela contratação é também justificada pela necessidade de cumprir os parâmetros da Resolução CIT nº 30 que determina, entre outros aspectos, que as visitas domiciliares devem ocorrer no mínimo duas vezes ao mês para cada família atendida, que o técnico de referência deve acompanhar número limitado de educadores sociais e que os educadores sociais devem ter carga horária compatível com o número de famílias atendidas. Tais parâmetros exigem uma estrutura de equipe que o município, com o quadro próprio, não possui e não tem capacidade de formar de maneira imediata sem violar normativas internas e externas.

Do ponto de vista da análise de mercado, observa-se que há oferta de empresas especializadas na execução do antigo Programa Criança Feliz e na execução de ações de visita domiciliar em diversos municípios do Estado do Paraná e de outros estados, o que demonstra que o mercado possui capacidade instalada e experiência prévia na execução desse tipo de serviço. A migração normativa do Criança Feliz para o SPSBD-GC não elimina essa expertise, apenas exige adaptação metodológica e atualização dos profissionais conforme as orientações federais. Tais empresas têm se preparado para atender as novas diretrizes, oferecendo equipes capacitadas, materiais pedagógicos atualizados, supervisão técnica adequada e estrutura para atender as exigências de registro das visitas no sistema nacional.

Portanto, considerando todas as alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada é a solução que melhor atende aos critérios legais, técnicos e econômicos para execução do serviço. A impossibilidade de execução direta, a ausência de cargos específicos na estrutura administrativa, a vedação normativa ao uso de trabalhadores do PAIF e do PAEFI, a necessidade de garantir continuidade e qualidade da oferta e a urgência de adequação à nova regulamentação federal tornam essa solução não apenas adequada, mas obrigatória para o cumprimento da política pública.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x) (justificar)

É possível a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, uma vez que a atividade de prestação de serviços socioassistenciais não se enquadra nas hipóteses de vedação do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006.

Não () (justificar)

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não () (justificar)

Da vedação à subcontratação

A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza sensível, continuada e estritamente técnica do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos, cuja execução exige equipe qualificada, supervisionada e metodologicamente alinhada às diretrizes da Resolução CIT nº 30/2025, bem como controle rigoroso da atuação dos profissionais responsáveis pelas visitas domiciliares e pela supervisão técnica. A subcontratação comprometeria a rastreabilidade dos responsáveis, dificultaria a fiscalização, fragilizaria o vínculo necessário para o acompanhamento familiar, ampliaria



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

riscos éticos e metodológicos e poderia resultar na utilização de profissionais sem qualificação ou sem registro obrigatório nos conselhos de classe. Além disso, por envolver atendimento direto a famílias em situação de vulnerabilidade, o serviço demanda responsabilidade técnica exclusiva da contratada, sendo imprescindível que a execução seja realizada apenas pela equipe originalmente habilitada, garantindo segurança, qualidade, continuidade e conformidade com a legislação aplicável e com as exigências de proteção social básica.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

*A não adesão a Ata de Registro de Preços justifica-se pela **especificidade técnica** do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos, regulamentado pela Resolução CIT nº 30/2025, que exige equipe qualificada, metodologia própria, supervisão contínua, registros no sistema SPSBD-GC e articulação territorial referenciada ao CRAS. Trata-se de serviço altamente sensível e diretamente relacionado ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade, cujas condições de execução variam conforme o diagnóstico socioterritorial de cada município. Por essa razão, soluções padronizadas ou tabeladas em Atas de Registro de Preços não atendem às particularidades locais, podendo resultar em inadequação técnica, incompatibilidade de equipe, ausência de aderência metodológica e prejuízo ao cumprimento das metas federais.*

**3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)**

A presente contratação não admite parcelamento, uma vez que o objeto constitui um serviço único, contínuo, metodologicamente integrado e indivisível, cuja execução depende de coerência técnica, padronização de procedimentos e composição de equipe específica conforme parâmetros estabelecidos pela Resolução CIT nº 30 de 2025. Trata-se de um serviço socioassistencial estruturado, que envolve visitas domiciliares sistemáticas, acompanhamento integrado das famílias, planejamento técnico conjunto, supervisão de equipe e registros unificados no sistema nacional, exigindo execução articulada e contínua, incompatível com fragmentação entre diferentes fornecedores. O parcelamento comprometeria a unidade metodológica do serviço, gerando riscos de descontinuidade, divergência de protocolos, perda de vínculos com as famílias acompanhadas e dificuldades operacionais na supervisão técnica e na responsabilidade profissional exigida.

A regulamentação nacional determina que o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos seja executado por uma equipe composta por técnico de referência de nível superior, preferencialmente psicólogo ou assistente social, e por educadores sociais responsáveis pela execução das visitas domiciliares. A resolução estabelece ainda que o técnico de referência deve realizar orientação técnica, supervisão da equipe, registros obrigatórios, planejamento das visitas, reuniões técnicas e articulação intersetorial, sendo vedado o acúmulo dessas funções com outros serviços do SUAS. A fragmentação do objeto em múltiplas contratações criaria a necessidade de múltiplos técnicos de referência, gerando inconsistência entre orientações, metodologias divergentes, múltiplos fluxos de registro e potencial conflito de responsabilidades, além de violar a lógica de equipe única prevista nacionalmente.

O serviço exige também atendimento contínuo e regular às mesmas famílias ao longo do período de acompanhamento. O vínculo estabelecido entre educador social, técnico de referência e famílias atendidas faz parte da metodologia e é elemento estruturante da intervenção. A divisão do objeto entre diversas empresas resultaria em rotinas desconexas, possível duplicidade de ações, incongruência nos registros das visitas e prejuízo direto à qualidade técnica da proteção social ofertada. Além disso, o sistema nacional exige registros padronizados por equipe única. A existência de múltiplas empresas fornecendo serviços distintos tornaria impossível garantir uniformidade técnica e operacional, podendo comprometer o cofinanciamento federal.

Outro fator que impede o parcelamento é a interdependência das ações previstas no serviço. As visitas domiciliares, a supervisão técnica, a elaboração do planejamento familiar, a articulação intersetorial e os encontros coletivos são partes integradas de um mesmo ciclo metodológico. O parcelamento geraria fragmentação funcional, dificultaria a responsabilização e



ampliaria substancialmente o risco de falhas de comunicação entre fornecedores distintos, além de dificultar a fiscalização contratual pela administração pública. O serviço demanda fluxos contínuos e harmônicos: a supervisão deve ser realizada pelo mesmo técnico que orienta as visitas, que por sua vez devem ser realizadas pelos mesmos educadores sociais, garantindo coerência e unidade metodológica.

Do ponto de vista jurídico, o artigo 40 da Lei 14.133/2021 estabelece que o parcelamento deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Entretanto, no caso em análise, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, uma vez que o objeto não apresenta divisibilidade funcional sem prejuízo da execução. Tampouco há vantagem econômica, pois a contratação fracionada geraria necessidade de múltiplas supervisões técnicas, maior complexidade administrativa, aumento de custos indiretos, expansão dos esforços de fiscalização e risco de redução da qualidade, o que se traduziria em ineficiência e possível perda do cofinanciamento federal.

A indivisibilidade do serviço decorre, portanto, tanto da natureza metodológica quanto das exigências normativas que orientam o SPSBD-GC. A contratação fragmentada violaria a lógica de trabalho em equipe integrada prevista na Resolução CIT nº 30 de 2025, criaria dificuldades de articulação com o PAIF, com o PAEFI e com as demais políticas públicas, comprometeria o planejamento territorializado, enfraqueceria os vínculos estabelecidos com as famílias e aumentaria o risco de inconsistências nos registros obrigatórios. Além disso, do ponto de vista da administração pública, o gerenciamento de vários contratos simultâneos para execução de um único serviço ampliaria substancialmente os riscos, a burocracia, a chance de falhas operacionais e os custos administrativos.

Diante dessas considerações, conclui-se que o serviço possui natureza indivisível e não comporta parcelamento, sob pena de comprometer a eficiência, a efetividade, a segurança metodológica, a organização da equipe, a continuidade do atendimento, a qualidade dos resultados e o cofinanciamento federal. A contratação em lote único é, portanto, a única forma tecnicamente possível, administrativamente adequada e juridicamente segura de garantir o atendimento às famílias e o cumprimento das normativas nacionais que regem o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A definição das quantidades necessárias para a execução do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos deve considerar os parâmetros estabelecidos nacionalmente pela Resolução CIT nº 30 de 2025, os dados do município, o histórico da contratação anterior realizada para execução do antigo Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, o crescimento populacional e o aumento do número de famílias em situação de vulnerabilidade no território. A adoção de um dimensionamento realista e fundamentado é essencial para garantir a continuidade do serviço, o cumprimento das metas mensais, a manutenção do cofinanciamento federal e a qualidade do atendimento às gestantes e crianças priorizadas.

A Resolução CIT nº 30 de 2025 determina que o município estabeleça equipe de referência composta por educadores sociais e por um técnico de nível superior, preferencialmente psicólogo ou assistente social, responsável pela supervisão, planejamento, registros e orientação técnica das atividades. Estabelece ainda que cada educador social com carga horária de quarenta horas semanais pode acompanhar até quarenta beneficiários, considerando que cada beneficiário deve receber no mínimo duas visitas domiciliares mensais. Portanto, a composição da equipe e o número de profissionais a serem contratados devem observar essa proporção obrigatória, além de considerar a meta municipal pactuada no âmbito do SPSBD-GC, que no caso de municípios de pequeno porte II deve ser de no mínimo cento e cinquenta beneficiários prioritários, conforme art. 39 da resolução.

No caso de Dois Vizinhos, município de pequeno porte II, historicamente a execução do antigo Criança Feliz se deu por meio de equipe composta por técnico supervisor e três educadores



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

sociais, atendendo aproximadamente cento e quarenta a cento e oitenta beneficiários ao mês. Contudo, o crescimento populacional, especialmente na faixa de zero a seis anos, e o aumento das situações de vulnerabilidade identificadas pela vigilância socioassistencial, pelo Cadastro Único e pelos atendimentos no CRAS e no CREAS justificam a ampliação da equipe. Além disso, a Resolução CIT nº 30 de 2025 estabelece parâmetros mais rigorosos para a execução das atividades e para o registro das visitas no sistema nacional, o que exige equipe mais robusta para cumprir a periodicidade mínima obrigatória de duas visitas mensais por beneficiário.

Dessa forma, projeta-se para este contrato a necessidade de um técnico supervisor de nível superior com carga horária estimada de quarenta horas semanais e quatro educadores sociais, também com carga horária estimada de quarenta horas semanais cada. Essa composição permite que o município atinja a meta mínima obrigatória de cento e cinquenta beneficiários e ainda contemple possíveis oscilações mensais, situações emergenciais, novas famílias identificadas pela vigilância socioassistencial e aumentos sazonais da demanda. O dimensionamento também respeita os limites determinados pela resolução, que estabelece que o técnico de referência com quarenta horas semanais pode supervisionar até dezesseis educadores sociais, número muito superior ao necessário neste momento, o que confere segurança para a execução contratual.

A adoção da unidade de medida em horas trabalhadas é adequada às características do serviço, que se estrutura em carga horária semanal, periodicidade mensal e necessidade de planejamento técnico contínuo. A escolha dessa unidade também se justifica pela natureza dinâmica do serviço, que pode sofrer pequenas variações mensais em razão de fatores externos, como aumento inesperado da demanda, necessidade de reposição de visitas, solicitações judiciais, situações de vulnerabilidade detectadas pelos demais serviços do SUAS ou ampliação temporária das metas. A contratação por horas possibilita flexibilidade para adaptação às variações, sem comprometer a continuidade da execução.

Para fins de memória de cálculo, adota-se como referência a carga horária padrão de quarenta horas semanais, equivalente a aproximadamente cento e oitenta horas mensais por profissional, considerando a variação natural de calendários mensais. Assim, estima-se que o técnico supervisor trabalhará, em média, cento e setenta horas por mês. Cada educador social também terá carga horária estimada de cento e oitenta horas mensais, totalizando setecentas e vinte mensais para os quatro educadores. Somando-se às cento e oitenta horas do técnico de referência, chega-se a uma estimativa inicial de novecentas horas mensais para execução do serviço.

É importante considerar que a execução do serviço apresenta interdependência com outras contratações e estruturas já existentes na Secretaria de Assistência Social e Cidadania. O serviço exige articulação constante com o PAIF, PAEFI, Cadastro Único, vigilância socioassistencial e demais políticas públicas. Essas interdependências reforçam a necessidade de equipe única e coesa, garantindo que o fluxo de atendimento territorializado seja realizado de forma integrada. O dimensionamento por horas possibilita ajustes pontuais quando houver coordenação entre políticas públicas que exijam maior intensidade temporária de visitas domiciliares, como ações específicas de busca ativa, monitoramento de condicionalidades, acompanhamento de vulnerabilidades graves ou apoio em situações de crise.

O cálculo das horas também leva em conta a experiência acumulada na contratação anterior realizada pelo município. Observou-se, durante a execução do antigo Programa Criança Feliz, que meses com maior número de feriados, férias escolares ou maior incidência de demandas apresentavam variações naturais na carga de trabalho. A adoção de uma quantidade estimada, com flexibilidade operacional, permite absorver esses efeitos sazonais sem comprometer o planejamento do serviço nem gerar aditivos desnecessários.

Além disso, o número de horas estimado considera que o município tem passado por crescimento populacional e territorial, especialmente em bairros em expansão e áreas de vulnerabilidade crescente. Esse aumento populacional tende a refletir diretamente na demanda do serviço, uma vez que gestantes e crianças pequenas são mais sensíveis a variações



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

socioeconômicas e tendem a apresentar maior demanda por serviços de proteção social básica. A estimativa das quantidades, portanto, projeta esse cenário e adota um quantitativo suficientemente amplo para responder às necessidades identificadas.

Com base nesses elementos, a estimativa das quantidades para o contrato se estrutura da seguinte forma:

Técnico de referência: aproximadamente cento e oitenta horas mensais

Quatro educadores sociais: aproximadamente setecentas e vinte horas mensais

Esses valores representam a base de cálculo necessária para que o município consiga cumprir a meta mínima de cento e cinquenta beneficiários, assegurar a periodicidade mínima obrigatória de duas visitas por mês e garantir a qualidade metodológica do serviço. Trata-se de estimativa técnica fundamentada, coerente com a Resolução CIT nº 30 de 2025, com o histórico local e com a realidade socioassistencial de Dois Vizinhos.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021);

A estimativa final anual adotada para base de cálculo corresponde a 2.160 horas de supervisão técnica e 8.640 horas destinadas às atividades dos educadores sociais, totalizando 10.800 horas de serviço ao longo do período contratual.

O valor da hora técnica do supervisor, profissional de nível superior (psicologia ou serviço social), foi estimado em sessenta reais por hora, compatível com o nível de qualificação exigido, com a responsabilidade técnica atribuída e com os valores praticados em contratações anteriores e em municípios de porte equivalente. Já o valor da hora dos educadores sociais foi estimado em trinta e cinco reais por hora, valor também coerente com a natureza da função, com a carga horária prevista e com os preços de mercado coletados no contexto regional.

A memória de cálculo da estimativa de custos é apresentada a seguir:

Supervisor técnico: 2.160 horas × R\$ 60,00 = R\$ 129.600,00

Educadores sociais: 8.640 horas × R\$ 35,00 = R\$ 302.400,00

Total estimado da contratação: R\$ 432.000,00

O valor total anual da contratação foi estimado em quatrocentos e trinta e dois mil reais. Esse valor representa o montante necessário para garantir a execução completa do serviço, atender às metas mínimas definidas pela Resolução CIT nº 30 de 2025, assegurar a continuidade da equipe de referência e cumprir a periodicidade mínima obrigatória de visitas domiciliares estabelecida nacionalmente. O cálculo também considera custos indiretos relacionados à contratação de empresa especializada, como encargos sociais, capacitação prévia dos profissionais, supervisão contínua e substituição em caso de afastamentos, que são absorvidos pela contratada.

A estimativa apresenta-se compatível com os valores praticados nas contratações realizadas pelo município nos anos anteriores para execução do antigo Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, observando-se que o aumento ocorre principalmente pelo acréscimo do número de educadores sociais e pelo aprimoramento das exigências técnicas e metodológicas impostas pela nova regulamentação federal. O valor estimado também se mostra coerente com a necessidade de manutenção do cofinanciamento federal, uma vez que o cumprimento das visitas domiciliares, dos registros no sistema nacional e das metas de atendimento depende diretamente de equipe qualificada e de carga horária adequada.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Risco identificado	Dano potencial	Ações preventivas	Ações de contingência	Probabilidade
Alta rotatividade dos profissionais	Interrupção das visitas, quebra de vínculo e descumprimento de metas	Exigir experiência, equipe mínima e substituição imediata	Substituição emergencial e reorganização da agenda	Média
Atraso ou falha nos registros das visitas no sistema nacional	Perda do cofinanciamento federal e penalidades	Capacitação, supervisão técnica e conferência mensal dos registros	Regularização imediata e reforço de orientações	Baixa
Falha na articulação com PAIF, PAEFI e rede	Atendimento fragmentado e perda de encaminhamentos	Fluxos formais e reuniões periódicas	Reuniões extraordinárias e revisão dos fluxos	Média
Afastamento de supervisor ou visitantes	Redução da capacidade de atendimento e risco de não cumprimento da periodicidade	Exigir equipe reserva e plano de substituição	Realocação emergencial e ajustes na agenda	Média
Inadequação metodológica das visitas	Intervenções ineficazes e descumprimento da Resolução CIT nº 30/2025	Capacitação contínua e supervisão técnica	Reorientação técnica e revisão das práticas	Baixa
Aumento inesperado da demanda	Sobrecarga da equipe e dificuldade de cumprir metas	Estimar horas com margem e prever flexibilidade	Redistribuição temporária de visitas	Média
Resistência das famílias às visitas	Redução da cobertura e dificuldade de formação de vínculos	Abordagem qualificada e sensibilização	Reagendamento e articulação com outros serviços	Média
Dificuldade de acesso a territórios	Atrasos nas visitas e risco à integridade da equipe	Planejamento territorial e rotas seguras	Reagendamento e priorização de casos urgentes	Baixa
Falhas de comunicação entre contratada e gestão	Perda de informações e atrasos na execução	Reuniões fixas e comunicação formal	Ajuste de protocolos e reuniões extras	Média
Problemas administrativos da empresa contratada	Descontinuidade da execução e interrupção das visitas	Exigir capacidade econômico-financeira e regularidade	Rescisão e nova contratação emergencial	Baixa

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução definida para atendimento da necessidade apresentada consiste na contratação de empresa especializada para a execução do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos, conforme regulamentado pela Resolução CIT nº 30 de 2025. Trata-se de serviço contínuo, territorializado, de caráter preventivo e protetivo, estruturado a partir de metodologia nacionalmente padronizada e que exige equipe técnica específica, composta por um técnico de referência de nível superior, preferencialmente psicólogo ou assistente social, e educadores sociais responsáveis pela realização das visitas domiciliares. A solução contempla a execução integral do serviço, incluindo acompanhamento familiar, planejamento das visitas, supervisão técnica, registros obrigatórios no sistema nacional e articulação com a rede socioassistencial e intersetorial.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

A solução adotada garante a operacionalização do serviço de acordo com os parâmetros obrigatórios definidos nacionalmente, assegurando que todas as famílias elegíveis recebam as visitas domiciliares planejadas, com periodicidade mínima de duas visitas por mês, além de ações complementares previstas na regulamentação federal. A contratada será responsável por disponibilizar equipe qualificada, realizar a capacitação prévia, organizar a agenda das visitas conforme orientações técnicas, registrar adequadamente as informações no sistema nacional e manter a continuidade dos atendimentos, substituindo imediatamente profissionais afastados ou desligados, garantindo assim a estabilidade do serviço.

O serviço será executado de forma integrada ao Centro de Referência de Assistência Social, uma vez que a Resolução CIT nº 30 de 2025 estabelece que o SPSBD-GC deve ser referenciado ao CRAS, mantendo alinhamento metodológico com o PAIF, ainda que preservada a vedação normativa de que trabalhadores do PAIF ou do PAEFI acumulem funções. O técnico de referência do serviço deverá planejar, orientar e supervisionar os educadores sociais, elaborar registros técnicos, apoiar diagnósticos socioterritoriais, participar de reuniões de articulação, acompanhar o desenvolvimento das ações e assegurar que o serviço seja ofertado com qualidade e de acordo com as diretrizes nacionais da proteção social básica.

A solução também contempla o cumprimento das metas pactuadas para municípios de médio porte, que, segundo a Resolução CIT nº 30 de 2025, devem acompanhar no mínimo cento e cinquenta beneficiários prioritários. O dimensionamento da equipe adotado para este contrato, composto por um técnico de nível superior e quatro educadores sociais de nível médio, possibilita o atendimento adequado dessa meta, considerando as proporções determinadas pela normativa federal, garantindo que cada educador social possa acompanhar até quarenta beneficiários com carga horária de quarenta horas semanais.

A solução adotada se estrutura por meio de contratação por hora técnica, de modo a permitir flexibilidade e adaptação às variações naturais da demanda ao longo do ano. Isso possibilita que a administração pública adeque a quantidade de horas utilizadas conforme necessidades reais observadas no território, respeitando limites contratuais e mantendo eficiência operacional. A carga horária estimada contempla a realização das visitas, a elaboração de registros, o planejamento das ações, as reuniões de supervisão e a articulação intersetorial, mantendo a execução integral do serviço dentro dos padrões de qualidade recomendados.

A empresa contratada deverá observar todas as normativas do SUAS, adotar metodologias compatíveis com as diretrizes nacionais, garantir a qualificação dos profissionais, assegurar sigilo e ética profissional, promover a escuta qualificada das famílias e atuar de forma preventiva, fortalecendo vínculos familiares, comunitários e territoriais. O serviço deverá ocorrer no ambiente domiciliar das famílias e em espaços do território, considerando a realidade sociocultural de cada núcleo familiar, respeitando seus modos de vida e suas especificidades, sempre com foco na promoção da parentalidade positiva e no desenvolvimento infantil integral.

A solução adotada integra-se às demais políticas públicas do município, garantindo articulação com saúde, educação, direitos humanos, habitação, segurança alimentar e demais serviços da rede. O trabalho dos educadores sociais deverá ser orientado pela centralidade da família, pela prevenção de situações de risco, pela valorização do brincar e pela promoção do acesso a direitos, conforme diretrizes da proteção social básica. A atuação deverá incluir mobilização, busca ativa, encaminhamentos responsáveis e acompanhamento contínuo, evitando desestruturação de vínculos ou atrasos nas intervenções necessárias.

Por fim, a solução definida apresenta-se como a alternativa técnica mais adequada, juridicamente possível e operacionalmente eficiente para execução do serviço no município, considerando a ausência de educadores sociais no quadro efetivo, a impossibilidade normativa de remanejar profissionais do PAIF e do PAEFI, a desatualização da Lei Municipal nº 1666 de 2011, que não contempla os cargos necessários, e a necessidade de garantir continuidade ao serviço para manutenção do cofinanciamento federal. A contratação de empresa especializada assegura que o município cumpra suas obrigações legais e proteja gestantes e crianças pequenas em situação de



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

vulnerabilidade, por meio de serviço qualificado, contínuo, padronizado e alinhado às normativas nacionais.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Requisitos de execução:

- a) A execução do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos deverá observar rigorosamente os parâmetros técnicos, operacionais e metodológicos estabelecidos pela Resolução CIT nº 30 de 2025 e demais normativas do Sistema Único de Assistência Social.
- b) A contratada deverá garantir equipe exclusiva, qualificada e permanentemente apta a cumprir a periodicidade mínima, o planejamento e todos os requisitos técnicos exigidos pelo serviço.
- c) A execução ocorrerá mediante quantificação em horas trabalhadas, sendo que as horas a serem requisitadas poderão variar mensalmente conforme a demanda real do serviço, respeitando o limite máximo do contrato.
- d) A carga horária do técnico supervisor somente poderá ser requisitada em 40 horas semanais quando todos os educadores sociais também estiverem executando 40 horas semanais, de modo que a supervisão seja proporcional ao volume efetivo de visitas domiciliares. Em meses em que houver eventual redução da carga horária dos visitadores por fatores operacionais, a carga horária do supervisor será igualmente ajustada de forma proporcional.
- e) Para fins de medição e pagamento, não serão consideradas horas relativas a feriados, recessos, pontos facultativos, paralisações ou qualquer evento que reduza a jornada útil da administração pública.
- f) Não haverá pagamento de horas ociosas. A contratada deverá adaptar sua organização interna para garantir que as 40 horas semanais sejam efetivamente cumpridas, sem prejuízo da execução do serviço, e sem imputar ao município horas não trabalhadas.
- g) A contratada deverá assegurar imediata substituição de qualquer profissional ausente, afastado ou desligado.
- h) A ausência de profissionais não reduz a obrigação contratual e deverá ser suprida pela contratada em até 24 horas. Falhas na substituição implicarão glosa das horas correspondentes, multas ou demais sanções contratuais.
- i) Todos os profissionais deverão observar estritamente a metodologia definida pela Resolução CIT nº 30 de 2025, realizando visitas domiciliares presenciais com periodicidade mínima de duas visitas mensais por beneficiário, com duração adequada para execução das atividades, sendo vedadas visitas inferiores ao tempo técnico mínimo necessário.
- j) A contratada deverá comprovar diariamente a realização das visitas e registrar todas as informações no sistema eletrônico do SPSBD-GC dentro do prazo máximo de cinco dias úteis.
- k) O técnico supervisor deverá cumprir integralmente sua jornada de serviços, de forma presencial, que incluem: reuniões de equipe, planejamento, acompanhamento dos registros, apoio técnico e articulação com a rede socioassistencial. Deverá permanecer disponível durante todo o expediente comercial para orientações imediatas, revisão dos instrumentais e atendimento de situações emergenciais.
- l) A contratada deverá organizar escalas, rotas, transporte, materiais e logística de modo a garantir o cumprimento total da carga horária semanal e a cobertura integral das famílias atendidas, independentemente de condições climáticas, dificuldades territoriais ou outros fatores externos.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- m) A contratada deverá garantir que todos os profissionais mantenham postura ética, respeito à confidencialidade, identificação visível, abordagem acolhedora e conduta adequada às diretrizes do SUAS.
- n) A execução do contrato exige aderência plena ao padrão nacional do SPSBD-GC, sendo vedada qualquer forma de improviso, execução parcial, substituição inadequada, falta de supervisão, ausência de registros.

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do profissional indicado para a supervisão de atividades compatíveis com o objeto da licitação.
- b) A empresa deverá indicar, o profissional que exercerá a função de supervisor técnico do serviço, devendo este possuir formação superior completa em psicologia ou serviço social, conforme exigido pela normativa federal, e comprovar registro ativo e regular no respectivo conselho de classe, CRP ou CRESS, sem pendências éticas ou administrativas. A indicação deverá vir acompanhada de documentação formal que comprove o vínculo profissional com a empresa licitante, podendo ser contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou documento equivalente que assegure a disponibilidade do profissional para atuação na supervisão do SPSBD-GC.
- c) A empresa contratada deverá comprovar que possui registro ativo como pessoa jurídica junto ao conselho de classe. Assim, será obrigatória a apresentação do registro da pessoa jurídica no CRESS ou no CRP, como condição para habilitação. Não serão aceitos protocolos, registros provisórios, cadastros pendentes ou documentos sem validade formal.
- d) Certidão negativa de falência, concordata, insolvência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com emissão há menos de 180 dias da data fixada para a entrega das propostas, conforme previsto no art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021.
- e) Balanço Patrimonial dos dois últimos exercícios sociais e demais demonstrações contábeis, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)

As exigências previstas para habilitação técnica, profissional e econômico-financeira no presente processo licitatório são necessárias para assegurar que a empresa contratada tenha condições reais, objetivas e comprovadas de executar serviço de alta complexidade técnica e relevância social, conforme parâmetros estabelecidos pela Resolução CIT nº 30 de 2025. Trata-se de serviço contínuo, metodologicamente estruturado e direcionado a gestantes e crianças de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade, cuja execução inadequada pode gerar danos sociais, violações de direitos, perda de cofinanciamento federal e prejuízos irreparáveis à proteção social básica do município. Assim, cada exigência é justificada nos seguintes termos:

a) A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a aptidão do profissional indicado para a supervisão do serviço é necessária para assegurar que o responsável técnico já tenha experiência prévia comprovada em serviços semelhantes, especialmente na execução de ações de



acompanhamento familiar, visitas domiciliares ou serviços socioassistenciais da proteção social básica. O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio exige conhecimento especializado e domínio de metodologias próprias, sendo imprescindível que o profissional supervisor não seja iniciante ou inexperiente na área. A exigência visa resguardar a qualidade da execução, evitar a participação de empresas aventureiras e assegurar que o serviço seja conduzido por profissional com capacidade de orientar a equipe, analisar situações de vulnerabilidade, conduzir planejamento familiar e cumprir com rigor as normativas nacionais.

b) A exigência de que a empresa indique profissional supervisor com formação superior em psicologia ou serviço social, com registro ativo e regular no CRP ou CRESS e comprovação formal de vínculo com a empresa licitante, fundamenta-se diretamente na Resolução CIT nº 30 de 2025, que determina que o técnico de referência do serviço deve ser profissional de nível superior dessas áreas. Trata-se de função privativa, de alta responsabilidade técnica, que exige formação acadêmica específica, competências éticas, domínio metodológico e observância das normas profissionais estabelecidas pelos conselhos de classe. A comprovação de vínculo assegura que o profissional indicado estará efetivamente disponível durante todo período contratual, impedindo que empresas utilizem currículos fictícios, profissionais emprestados ou sem compromisso real com o serviço, prática infelizmente comum em licitações sem rigor técnico.

c) A exigência de registro da pessoa jurídica junto ao CRP ou CRESS constitui requisito indispensável para garantir que a empresa contratada está legalmente autorizada a prestar serviços que envolvem atribuições técnicas privativas de psicólogos ou assistentes sociais. Os conselhos profissionais exigem registro da pessoa jurídica para fiscalização ética e técnica, e a ausência desse registro impossibilita o exercício regular das atividades. A exigência evita a participação de empresas irregulares, sem respaldo profissional, sem fiscalização ética e que não poderiam responder legalmente por eventuais danos decorrentes da execução do serviço. Trata-se de medida de proteção ao interesse público e de garantia de qualidade técnica mínima, rejeitando registros provisórios, cadastros pendentes ou documentos sem validade formal.

d) A exigência de apresentação de certidão negativa de falência, concordata, insolvência ou recuperação judicial, expedida há menos de 180 dias, fundamenta-se no art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e visa assegurar que a empresa licitante se encontra em situação econômico-financeira saudável e apta a cumprir obrigações contratuais continuadas. Considerando que o serviço possui natureza essencial e continuidade obrigatória, eventual insolvência ou colapso financeiro da contratada acarretaria descontinuidade imediata do atendimento a gestantes e crianças vulneráveis, violando direitos e prejudicando o cumprimento das metas federais. Assim, a exigência é indispensável para mitigar riscos e garantir estabilidade operacional da contratada.

e) A exigência de apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais, com índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a um, é necessária para garantir que a empresa seja economicamente estável, tenha capacidade de arcar com custos operacionais, mantenha equipe completa, cumpra obrigações trabalhistas e honre integralmente o contrato durante todo o período de vigência. A execução do serviço depende de equipe fixa de 40 horas semanais e substituições imediatas em caso de afastamentos, o que exige condições financeiras sólidas. Empresas com índices inferiores a um demonstram incapacidade de honrar compromissos de curto ou longo prazo, representando risco elevado para serviços contínuos e essenciais. Dessa forma, a exigência protege o município contra falhas contratuais, garantindo segurança jurídica e eficiente aplicação dos recursos públicos.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

A execução do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos é predominantemente intelectual e operacional, realizada por meio de visitas domiciliares e atividades socioeducativas em ambiente comunitário. Trata-se de serviço com baixo impacto ambiental direto, uma vez que não envolve processos produtivos, utilização de insumos poluentes, instalação de equipamentos de grande porte ou geração significativa de



resíduos sólidos. Os impactos ambientais potenciais concentram-se principalmente no deslocamento territorial da equipe, no consumo de materiais administrativos e no uso de recursos naturais relacionados à rotina laboral.

Os deslocamentos necessários para realização das visitas podem ocasionar consumo de combustíveis fósseis e emissão de gases de efeito estufa, ainda que em escala reduzida, devido ao porte do município. Para mitigar esse impacto, recomenda-se que a contratada adote rotas otimizadas, planejamento eficiente dos itinerários, agrupamento territorial das famílias atendidas e, quando possível, uso de veículos com menor consumo ou menor impacto ambiental. Também é recomendável que a empresa tenha política interna de manutenção preventiva de veículos, para reduzir emissões e melhorar eficiência energética.

O serviço poderá fazer uso de materiais administrativos, como folhas de papel, canetas e materiais de registro ou instrumentalização técnica. Para minimizar impactos, deverá ser priorizado o uso racional de papel, adotando-se preferência por registros digitais, conforme já previsto pelo sistema nacional de informações do SPSBD-GC, reduzindo impressões e priorizando armazenamento eletrônico. Recomenda-se que, quando houver necessidade de impressões, seja utilizado papel reciclado ou com certificação ambiental, sempre que possível.

A contratada deverá adotar princípios da contratação sustentável, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021, priorizando práticas que promovam eficiência no uso de recursos, redução de resíduos, prevenção de desperdícios e estímulo a comportamentos ambientalmente responsáveis. Entre essas práticas, incluem-se o uso de equipamentos eficientes, iluminação adequada nos espaços de apoio administrativo, economia de energia e água, descarte adequado de resíduos e estímulo a cultura organizacional sustentável.

A execução do serviço deverá observar também o respeito aos territórios atendidos, evitando impactos ambientais negativos em áreas sensíveis ou vulneráveis. As visitas domiciliares deverão ocorrer com cuidado para não causar perturbações ambientais, respeitando espaços comunitários e evitando danos ao ambiente natural.

Por fim, a contratação promove sustentabilidade social, elemento integrante da dimensão ambiental conforme os princípios da política nacional de sustentabilidade. Ao atender gestantes e crianças pequenas em situação de vulnerabilidade, o serviço contribui com o desenvolvimento humano, o fortalecimento comunitário, a redução de desigualdades e a promoção de direitos sociais fundamentais, impactando positivamente o ambiente social e ampliando o bem-estar comunitário.

Dessa forma, conclui-se que os potenciais impactos ambientais são mínimos e facilmente mitigáveis, e que a contratação, quando orientada por práticas sustentáveis, contribui para o uso responsável dos recursos públicos, para a proteção ambiental e para o fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com a sustentabilidade nas políticas sociais.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Os resultados pretendidos com a contratação da empresa especializada para execução do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos consistem na oferta estruturada, contínua e qualificada de ações socioassistenciais voltadas à proteção integral da primeira infância e ao fortalecimento da função protetiva das famílias. Espera-se que o serviço contribua de forma direta para a ampliação das seguranças socioassistenciais, prevenindo situações de vulnerabilidade, risco pessoal ou social, violações de direitos e agravos decorrentes da ausência de suporte adequado no período gestacional e nos primeiros anos de vida.

A execução do serviço deverá resultar na realização de visitas domiciliares sistemáticas, com periodicidade mínima de duas visitas mensais por beneficiário, conforme determina a Resolução CIT nº 30 de 2025. Essas visitas deverão promover escuta qualificada das famílias, identificação de necessidades, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, apoio ao exercício da parentalidade positiva e estímulo ao desenvolvimento integral das crianças. O objetivo é proporcionar intervenções capazes de fortalecer capacidades familiares, promover



ambientes de cuidado seguros e favorecer experiências significativas de convivência, interação afetiva e brincadeiras, elementos fundamentais para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social na primeira infância.

Espera-se que o serviço contribua para ampliar o acesso das famílias a políticas públicas essenciais, como saúde, educação, segurança alimentar, habitação e benefícios socioassistenciais. O resultado esperado é que as famílias atendidas passem a acessar com maior regularidade consultas pré-natais, vacinação, programas de desenvolvimento infantil, educação infantil e serviços de proteção social básica, de forma articulada e integrada. A contratada deverá atuar de forma intersetorial, orientando, encaminhando e acompanhando as famílias no acesso às políticas públicas, contribuindo para o enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades que as afetam.

Outro resultado esperado é a organização sistemática de registros das visitas domiciliares e demais ações previstas no serviço, com alimentação regular e precisa do sistema eletrônico do SPSBD-GC. O cumprimento dos registros permitirá que o município mantenha o cofinanciamento federal, cumpra metas pactuadas e disponha de informações atualizadas para monitoramento, planejamento e tomada de decisões. Espera-se que os relatórios mensais reflitam a execução qualificada do serviço, permitindo à gestão avaliar avanços, dificuldades, fluxos territoriais e situações que demandem intervenção complementar.

Os resultados também incluem a constituição e manutenção de uma equipe exclusiva, qualificada e devidamente supervisionada, capaz de atuar de forma permanente nos territórios. Espera-se que o técnico supervisor exerça acompanhamento técnico contínuo, planejamento das ações, reuniões semanais com os educadores sociais, avaliação sistemática dos casos atendidos e articulação com o CRAS e demais serviços da rede socioassistencial. Como resultado direto dessa supervisão, espera-se que as intervenções realizadas pelos educadores sociais sejam coerentes, tecnicamente fundamentadas e alinhadas às diretrizes nacionais.

Um dos resultados centrais é a prevenção de situações de risco e o fortalecimento dos vínculos familiares. O acompanhamento regular das famílias deve resultar na identificação precoce de agravos, negligência involuntária, situações de violência, fragilização de vínculos, insegurança alimentar ou condições que possam afetar o desenvolvimento infantil. O trabalho deverá gerar respostas rápidas, adequadas e articuladas, diminuindo a necessidade de acionamento de serviços de média e alta complexidade, como o CREAS ou o acolhimento institucional.

Espera-se, ainda, como resultado, a ampliação da autonomia das famílias acompanhadas. Isso inclui melhora na organização cotidiana, ampliação de conhecimentos sobre cuidados com gestantes e crianças, fortalecimento das redes de apoio familiar e comunitário e aumento da capacidade das famílias para buscar serviços, benefícios e direitos que lhes são garantidos. O serviço deverá contribuir para que cuidadores adquiram maior segurança no exercício da parentalidade, desenvolvam estratégias de cuidado mais protetivas e tenham maior protagonismo no acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

Do ponto de vista comunitário e territorial, espera-se que o serviço fortaleça a presença do SUAS nos territórios, ampliando o alcance da proteção social básica e melhorando o diálogo com as famílias. As visitas permitirão ao município aprofundar o diagnóstico socioterritorial, identificar vulnerabilidades emergentes, mapear demandas locais e construir respostas intersetoriais mais eficazes. Espera-se que essa atuação contribua para maior integração entre CRAS, saúde, educação e demais políticas públicas, promovendo um atendimento mais completo, humanizado e integral.

Ao final do período contratual, espera-se que o município tenha alcançado a meta mínima de cento e cinquenta beneficiários prioritários, conforme exigido pela Resolução CIT nº 30 de 2025, garantindo a continuidade do cofinanciamento federal e consolidando a oferta do serviço no território. Os resultados pretendidos incluem ainda a regularidade das visitas, a qualidade técnica dos relatórios, a continuidade da supervisão e a articulação efetiva com a rede, assegurando proteção integral às gestantes e crianças pequenas.



Em síntese, os resultados esperados com a execução do serviço são o fortalecimento da proteção social básica no território, a ampliação das seguranças socioassistenciais, a prevenção de riscos e violações de direitos, o apoio ao desenvolvimento infantil, o fortalecimento das capacidades familiares, a melhoria dos fluxos intersetoriais e a garantia de continuidade do cofinanciamento federal. Dessa forma, o serviço deverá produzir impactos sociais significativos, contribuindo para a promoção da dignidade humana e para o desenvolvimento saudável das crianças e famílias acompanhadas.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)

O regime de prestação de serviços será estruturado em modelo de prestação continuada, com quantificação e pagamento por horas efetivamente trabalhadas, conforme demanda apresentada pelo município. Embora a carga horária de referência de cada profissional seja de 40 horas semanais, o quantitativo real a ser executado poderá variar, mês a mês, de acordo com as necessidades identificadas pela gestão da proteção social básica e pelo planejamento das visitas domiciliares, em observância à Resolução CIT nº 30 de 2025.

A contratada deverá manter profissionais disponíveis com carga horária potencial de até 40 horas semanais, porém a requisição das horas será feita somente conforme o volume necessário de visitas, supervisões e atividades técnicas no período, não havendo garantia de utilização plena da carga horária em todos os meses do contrato.

As horas do supervisor técnico serão sempre proporcionais às horas efetivamente requisitadas dos educadores sociais, uma vez que sua função é diretamente vinculada ao acompanhamento, orientação e supervisão das atividades desenvolvidas pelos visitadores. Assim, somente será requisitada a carga horária integral de 40 horas semanais do supervisor quando todos os educadores sociais estiverem executando igualmente 40 horas na semana correspondente. Em meses de menor demanda, a carga horária do supervisor será reduzida proporcionalmente.

A prestação dos serviços será exclusivamente presencial nos territórios, por meio de visitas domiciliares, reuniões, supervisões técnicas, ações de articulação intersetorial e registros no sistema nacional do SPSBD-GC. A execução deverá ser planejada pelo técnico supervisor, sempre referenciada ao CRAS, considerando fluxos territoriais, metas pactuadas, periodicidade mínima de visitas e diretrizes da proteção social básica.

Não serão reconhecidas ou remuneradas horas correspondentes a feriados, recessos, pontos facultativos, paralisações administrativas, indisponibilidade climática ou qualquer evento que reduza a jornada efetiva. A contratada deverá organizar sua escala e logística interna de modo a cumprir as horas requisitadas pelo município dentro dos dias úteis e horários adequados, garantindo regularidade e continuidade do serviço.

A contratada deverá substituir imediatamente qualquer profissional ausente, mesmo que a carga horária requisitada naquele mês seja parcial. A ausência de profissional não autoriza redução automática das horas contratadas, devendo ser garantida a execução integral das horas requisitadas pelo município, mediante substituição qualificada e tempestiva.

Em síntese, o regime de prestação de serviços adotado confere flexibilidade técnico-operacional ao município, assegura economicidade e permite que o serviço seja executado em estrita conformidade com a demanda real, mantendo a proporcionalidade entre supervisão e visitas e garantindo aderência integral aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CIT nº 30 de 2025.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Antes da celebração do contrato, a administração municipal adotou providências voltadas à adequada estruturação técnica e institucional necessária para o acompanhamento da execução dos serviços. Foi realizada a organização da Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Municipal de Assistência Social e Cidadania, em cumprimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que orienta os municípios quanto à obrigatoriedade de implantação e funcionamento efetivo dessa unidade de apoio técnico à gestão do Sistema Único de Assistência Social.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:	Rosilei de Godois
Suplentes:	Ana Caroline Santini

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

O serviço é referenciado ao Centro de Referência de Assistência Social, o que pressupõe articulação permanente com a equipe do PAIF, ainda que, conforme a Resolução CIT nº 30 de 2025, os trabalhadores do PAIF e PAEFI estejam impedidos de assumir funções no SPSBD-GC. A execução depende, portanto, do adequado funcionamento das demais equipes do CRAS para fins de encaminhamentos, alinhamento territorial, acesso aos diagnósticos socioterritoriais, utilização dos prontuários e compartilhamento de informações essenciais à vigilância socioassistencial.

Há interdependência evidente com a contratação de serviços de apoio administrativo e de sistemas informacionais mantidos pela Secretaria, especialmente o Prontuário Eletrônico do SUAS, o Cadastro Único e o sistema nacional do SPSBD-GC, no qual devem ser realizados os registros das visitas domiciliares. A contratada deverá acessar e alimentar sistemas cuja manutenção, segurança, suporte técnico e conectividade dependem de contratações correlatas já firmadas pelo município ou a serem firmadas em momento oportuno.

Também há interdependência com contratações de capacitações, formações e apoio técnico promovidos pelas instâncias federativas, especialmente pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal, que ofertam capacitações obrigatórias para equipes do SPSBD-GC. Caso tais capacitações demandem contratações complementares para transporte, alimentação ou infraestrutura técnica, estas integram o conjunto de contratações correlatas, ainda que não diretamente vinculadas ao objeto principal.

Além disso, o fornecimento de materiais de expediente, equipamentos de informática, telefonia corporativa e ferramentas digitais que permitam registros, comunicação e produção de relatórios integra o conjunto de meios necessários à execução, ainda que sejam de responsabilidade da empresa contratada. A articulação com sistemas municipais de gestão documental, serviços de internet e infraestrutura operacional constitui interdependência indireta relevante para o alcance dos resultados.

Assim, embora a contratação seja tecnicamente independente quanto ao objeto, sua execução somente alcançará plena efetividade caso permaneçam asseguradas as demais contratações de suporte à proteção social básica, especialmente manutenção do CRAS, sistemas informacionais, vigilância socioassistencial, infraestrutura administrativa e demais serviços de rede. Essas interdependências reforçam a necessidade de planejamento coordenado, evitando a interrupção ou descontinuidade de serviços essenciais à execução do SPSBD-GC

15. ALINHAMENTO COM O PCA (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A presente contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025
- II. Data de publicação no PNCP: 17/06/2024; Última atualização: 25/10/2024
- III. Id do item no PCA: 4110, 4111



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

IV. Classe/Grupo: 859

V. Identificador da Futura Contratação: 987541-25/2025

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☒ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☐ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

A presente contratação é classificada como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço cuja execução apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com rotinas claras, metodologia previamente estabelecida pela Resolução CIT nº 30/2025 e procedimentos de execução plenamente padronizáveis.

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos, embora envolva atividades técnicas e supervisão profissional especializada, possui processos operacionais, fluxos metodológicos, periodicidade mínima, registros obrigatórios e parâmetros de execução uniformizados nacionalmente, o que permite sua contratação como serviço comum.

- ☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- ☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O objeto caracteriza-se como serviço contínuo, uma vez que envolve a execução permanente, ininterrupta e essencial de visitas domiciliares, supervisão técnica e acompanhamento familiar, atividades que não podem sofrer interrupção sem causar prejuízo ao atendimento das gestantes e crianças de 0 a 6 anos, bem como risco de descumprimento das metas pactuadas e perda de cofinanciamento federal. Trata-se de serviço cuja natureza exige oferta regular, periódica e integrada ao CRAS, com fluxo mensal de atividades e dependência direta da continuidade das ações para produzir resultados socioassistenciais, o que o enquadra tecnicamente como serviço de caráter continuado, nos termos da Lei nº 14.133/2021

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

A exigência de garantia contratual não se mostra necessária no presente caso, uma vez que o objeto consiste na prestação de serviço contínuo de natureza socioassistencial, executado por horas trabalhadas, sem fornecimento de bens, sem risco patrimonial relevante para a Administração e sem antecipação de pagamentos. Trata-se de serviço de baixo risco financeiro e operacional, cujo desempenho é facilmente mensurável e passível de glosas proporcionais em caso de descumprimento, além de permitir pronta substituição de profissionais pela contratada, o que mitiga eventuais impactos decorrentes de falhas na execução. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a garantia é facultativa e deve ser exigida apenas quando houver risco significativo para o erário, o que não se aplica ao presente caso, dado que os custos estão diretamente vinculados às horas executadas e não há entrega de materiais, equipamentos ou obras de natureza complexa. Assim, a não exigência de garantia preserva a competição, evita onerar



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

desnecessariamente microempresas e empresas de pequeno porte e mantém a economicidade da contratação, sem comprometer a segurança jurídica ou a continuidade do serviço.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a execução do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos demonstra-se plenamente viável, necessária e adequada para atender às demandas identificadas no município e cumprir as determinações da Resolução CIT nº 30 de 2025. A análise da necessidade evidenciou que o município não dispõe, em seu quadro efetivo, de profissionais com disponibilidade exclusiva para execução do serviço, sendo vedado o remanejamento de trabalhadores do PAIF e do PAEFI, o que torna impossível a oferta direta do serviço pela administração. O levantamento de soluções demonstrou que a contratação por empresa especializada, com execução continuada e mensuração por horas trabalhadas, é a alternativa mais eficiente, economicamente vantajosa e tecnicamente segura.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)

Pregão Eletrônico tradicional, critério: Menor preço, modo de disputa: aberto.

21. FONTE DE RECURSOS

- (x) Recursos Próprios
- () Recursos Estaduais
- (x) Recursos Federais

Dois Vizinhos, 25 de novembro de 2025.

Cátia Bonin
Secretária de Assistência Social e Cidadania
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19025-1